

Demonstrações Contábeis

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a faint, light-colored circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.642	6.676
Investimento de curto prazo	4	7.749	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.054	4.935
Ativo contratual da concessão	5	35.958	37.146
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		172	65
Outros tributos compensáveis		17	6
Outros ativos		1.464	1.368
		59.056	50.196
Ativo não circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		406	320
Ativo contratual da concessão	5	188.240	182.261
Outros tributos compensáveis		199	199
Outros ativos		917	1.979
Imobilizado		201	6
Intangível		4	27
		189.967	184.792
Total do ativo		249.023	234.988

	Nota	2019	2018
Passivo circulante			
Arrendamento mercantil		60	-
Fornecedores		1.030	1.282
Imposto de renda e contribuição social a pagar		469	390
Outros tributos a pagar		800	805
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	8	2.482	1.758
Outros passivos		2.652	602
		7.493	4.837
Passivo não circulante			
Arrendamento mercantil		136	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	7.263	7.016
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	8	12.703	14.815
Outros passivos		199	201
		20.301	22.032
Patrimônio líquido			
Capital social	9	194.416	194.416
Reservas de lucro	9	15.859	13.703
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	9	10.954	-
		221.229	208.119
Total do passivo e patrimônio líquido		249.023	234.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	10	50.238	31.939
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(2.592)	(2.123)
Material e serviços de terceiros		(2.796)	(1.733)
Outros		(117)	(161)
Lucro bruto		44.733	27.922
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(460)	(410)
Material e serviços de terceiros		(189)	(478)
Depreciação e amortização		(68)	(40)
Outras		(90)	(80)
		(807)	(1.008)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		43.926	26.914
Receitas financeiras	11	1.442	1.038
Despesas financeiras	11	(150)	(162)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		45.218	27.790
Imposto de renda e contribuição social			
mposto de renda e contribuição social correntes	12	(1.963)	(1.385)
mposto de renda e contribuição social diferidos	6 e 12	(145)	366
Lucro líquido do exercício		43.110	26.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	43.110	26.771
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>43.110</u>	<u>26.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		214.416	10.318	7.262	15.276	-	247.272
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	(16.346)	(16.346)
Absorção de prejuízos		-	-	(3.877)	-	3.877	-
Redução de capital		(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.771	26.771
Destinação proposta à AGO:							
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(15.276)	-	(15.276)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(14.302)	(14.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		194.416	10.318	3.385	-	-	208.119
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.110	43.110
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	2.156	-	-	(2.156)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	10.954	(10.954)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9	194.416	12.474	3.385	10.954	-	221.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	45.218	27.790
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	68	40
Juros e variação monetária	140	153
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(2.112)	-
Outros itens	364	-
	43.678	27.983
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(205)	-
Ativo contratual da concessão	(4.791)	13.411
Impostos a recuperar	(118)	(14)
Outros ativos	966	70
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(252)	(131)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(303)	(1.837)
Outros passivos	2.286	(1.064)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(1.484)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	39.777	38.418
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações de investimentos curto prazo	(7.749)	-
Aplicações no imobilizado	(7)	(4)
Aplicações no intangível	(2)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	(7.758)	(4)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital	-	(20.000)
Pagamentos de dividendos	(30.000)	(29.578)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(53)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	(30.053)	(49.578)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.966	(11.164)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.676	17.840
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.642	6.676
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.966	(11.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (“STC”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 2 de dezembro de 2005 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier - Acesso BR 116, KM 239 - Lages - SC.

A STC possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degrau
006/2006	30	2036	47.345	IPCA	nov/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$49.197.

De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da STC infere que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Contas a Receber da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da STC. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia vem aprimorando as suas estimativas e, conseqüentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$15.738.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão são classificadas como “ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15).

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 8%; e (ii) atualizado pelo IPCA.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da STC revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a STC não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a STC possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Arrendamentos

A STC avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a STC reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.8. Tributação

3.8.1. Impostos sobre a receita

As receitas da STC estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da STC são optantes pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

3.9.3. Receitas de operação e manutenção--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.9.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos.
- CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil - Com o resultado da aplicação inicial dessa norma, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$231 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$43 de amortização e R\$ 18 de juros e correção monetária destes arrendamentos.

3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da STC, estão descritas a seguir. A STC pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material
- Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

4. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	31	82
Aplicações financeiras	<u>16.360</u>	6.594
	<u>16.391</u>	6.676
Caixa e equivalente	8.642	6.676
Investimento de curto prazo	7.749	-

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, 96,59% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (96,53% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da STC é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão--Continuação

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>235.487</u>
Adoção CPC 47	(16.346)
Receita de operação e manutenção	9.599
Remuneração do ativo contratual da concessão	26.246
(-) Parcela variável	(1.140)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(34.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>219.407</u>
Receita de operação e manutenção	13.158
Remuneração do ativo contratual da concessão	36.891
Receita de implantação de infraestrutura	4.279
(-) Parcela variável	(63)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(49.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>224.198</u>
Ativo contratual da concessão - circulante	35.958
Ativo contratual da concessão - não circulante	188.240
Total circulante e não circulante	<u>224.198</u>

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A STC considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.654
Imposto diferido reconhecido no resultado	(366)
Reclassificação de impostos correntes	(272)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>7.016</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	145
Reclassificação de impostos correntes	102
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>7.263</u></u>

7. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro 2019 e 2018, a STC não participa em litígios cuja probabilidade de perda seja classificada como provável. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2019 a STC possui demandas judiciais ou administrativas com probabilidade de perda classificada como possível no montante de R\$30, referente a 2 causas de natureza trabalhista.

8. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS e COFINS diferidos	8.334	8.132
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	5.937	6.270
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	1.250
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	914	921
	<u>15.185</u>	<u>16.573</u>
Passivo circulante	2.482	1.758
Passivo não circulante	12.703	14.815

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$194.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Integralizadas Ordinárias	Quantidade de ações	
		% do capital	
		Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872.000	61,55%	61,55%
Alupar Investimento S.A.	42.200.649	20,00%	20,00%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930.597	18,45%	18,45%
	<u>211.003.246</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

9.2. Reservas de lucro

9.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

9.2.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da STC, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	43.110	26.771
Prejuízos acumulados	-	(12.469)
Constituição da reserva legal	(2.156)	-
Base de cálculo de dividendos	40.954	14.302
Dividendos intermediários	(30.000)	(14.302)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(10.954)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta	54.328	35.845
(-) Parcela variável	(63)	(1.140)
Deduções da receita operacional	(4.027)	(2.766)
PIS	(351)	(228)
COFINS	(1.615)	(1.054)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.400)	(913)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(446)	(430)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(215)	(141)
Receita operacional líquida	50.238	31.939

11. Receitas e despesas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras	1.442	1.038
Receita de aplicações financeiras	1.247	1.004
Juros ativos	28	33
Outras receitas financeiras	167	1
Despesas financeiras	(150)	(162)
Juros sobre arrendamento mercantil	(18)	-
Variação monetária	(122)	(153)
Outras despesas financeiras	(10)	(9)
Resultado financeiro líquido	1.292	876

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	54.265	54.265	34.705	34.705
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	4.341	6.512	2.776	4.165
Receitas financeiras	1.442	1.442	1.038	1.038
Base de cálculo	5.783	7.954	3.814	5.203
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
	1.423	717	931	469
IRPJ e CSLL Exercícios anteriores	-	-	(271)	(123)
Outros	(20)	(12)	7	6
Imposto de renda e contribuição social	1.403	705	667	352
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.309)	(654)	(906)	(479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(94)	(51)	239	127

Em 9 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

13. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a STC não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Hierarquia do valor justo

A STC utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STC classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STC podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - a STC mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STC mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- Risco de preço - as receitas da STC são nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da STC é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STC não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2019 (R\$42 em 31 de dezembro de 2018) sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2019, a STC não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

15. Benefícios a empregados

A STC oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.